AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): UM ENFOQUE NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA DE ALAIN TOURAINE

MAÍSA GOMIDE TEIXEIRA; AGNALDO KEITI HIGUCHI; ELIZA EMÍLIA BERNARDO ROCHA; FRANCISCO GIOVANNI DAVID VIEIRA;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

MARINGÁ - PR - BRASIL

85MAISATX@GMAIL.COM

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): um enfoque na perspectiva democrática de Alain Touraine

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar

RESUMO

O pequeno produtor inserido num contexto de concentração fundiária e de renda, em virtude da utilização crescente de tecnologia ou de insumos modernos na atividade agrícola e de sua exclusão dos processos de agregação de valor, realizados nas agroindústrias, situa-se em uma situação desfavorável. Foram diversas as políticas que visaram conter esta condição que se colocava na agricultura para este estrato produtivo e social. O presente estudo procura analisar o impacto de uma política dirigida para os agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a partir da perspectiva democrática de Alain Touraine, cujo conceito de democracia se baseia não em uma noção procedural da participação, mas sim na ênfase de que os atores sociais sejam capazes de dar sentido à sua ação, sendo esta participação o pressuposto de sua autonomia política. O estudo realizou-se nas propriedades familiares produtoras de uva fina de mesa da cidade de Marialva-PR. Através de entrevistas dirigidas a dois técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), e junto a uma amostra de agricultores familiares da Comunidade do Iti, coletou-se dados que, após analisados, levam a inferir que o PRONAF, fomentando o associativismo, contribuiu para atenuar as condições desfavoráveis que se apresentavam. Isto se deu quando da aquisição da consciência de sujeito, em que os agricultores familiares passam a participarem na formulação de reivindicações que alterem as condições a seu favor.

No caso analisado, isso pode ser percebido quando da concessão da anistia da dívida para com a agência financiadora o que proporcionou a continuidade das atividades de seus negócios e, quando da obtenção da fiscalização, por parte do órgão municipal, da qualidade do produto comercializado, garantindo assim um fortalecimento de sua posição na cadeia produtiva.

PALAVRAS CHAVE: *Agricultura familiar, PRONAF, democracia, associativismo.*

INTRODUÇÃO

A evolução da participação agrícola na economia brasileira é um fato largamente disseminado. Os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2005) indicam que o PIB do agronegócio responde por 32% do PIB ou renda nacional e indicam que, para cada emprego gerado no campo, resulta-se em três empregos na cidade. Justifica-se de forma semelhante, a importância do segmento agrícola por sua implicação nas questões sociais, visto estarmos tratando do Brasil, país que apresenta grande concentração de sua população no setor rural. Silva (1982) destaca ainda, como função básica da agricultura, o atendimento da demanda de alimentos e matérias primas a preços constantes, ressaltando, contudo, em concordância com Paiva (1976), a necessidade da consideração da ampliação das suas responsabilidades na medida em que está relacionado às suas competências: o atendimento da demanda de produtos a menores preços reais para os consumidores, o aumento de renda para os produtores agrícolas e as melhores condições de salários e de vida para os trabalhadores rurais. Assim, destaca que, uma formulação que poderia derivar destas colocações, em termos de política, é a de que só seria possível para a agricultura o desempenho eficaz de seu papel através da modernização, apresentada pelo autor como a eliminação do "arcaico". Com relação a pressuposições como estas, são inúmeros os trabalhos encontrados na literatura que discorrem suas justificáveis críticas ao processo de modernização que se sucedeu nos países da América Latina e o seu significado no que concerne à população rural.

São argumentos que remontam para o período que se iniciou na década de 60, caracterizado pelos modelos produtivistas de intervenção planejada da denominada Revolução Verde que, priorizava a elevação da produção e da produtividade visando promover a expansão da oferta agropecuária, bem como a expansão e a diversificação das exportações e a normalidade do abastecimento doméstico, mediante a incorporação de tecnologias agro-químicas e mecânicas. Esse modelo, segundo Buainain (1997), se direcionava para a modernização da base técnica, ao fortalecimento da agroindústria e para a expansão da fronteira agrícola, utilizando-se de um conjunto de instrumentos, dentre estes, o crédito rural subsidiado, os programas de pesquisa agronômica e extensão rural, executados principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

Oliveira e Teixeira (2004) destacam a política de crédito rural adotada após a década de 60 para reinserir a agricultura num processo de expansão. Contudo a sua eficácia ficou comprometida, pois possibilitou o acesso desigual aos agricultores e propiciou uma modernização parcial da agropecuária brasileira, da qual se beneficiou a agricultura comercial, resultando na descapitalização e atraso tecnológico dos agricultores familiares. Apenas existia um sistema de oferecimento de crédito para atender indiscriminadamente os produtores. Neste sistema os grandes produtores, as regiões sul e sudeste e alguns produtos retinham a maior parcela do crédito disponibilizado. Durante a década de 70, Castro e Teixeira (2005) alegam que os subsídios de crédito rural aumentaram a concentração de renda

e da propriedade territorial no setor agrícola, o que levou à crítica de que a intervenção governamental teria beneficiado um grupo de uma população específica, enquanto a população brasileira como um todo arcava com os custos conseqüentes. Por conseguinte, os subsídios do crédito receberam críticas por sua ineficiência distributiva e alocativa.

Esse período, compreendido entre as décadas de 60 e 70, durante o qual, um conjunto de instrumentos políticos foi acionado para modernizar o setor, resultou em grandes alterações na forma de produzir e nas relações do setor agrícola com os demais segmentos da economia. Promoveu transformações da base técnica com o incremento do uso de diversas inovações tecnológicas, como a mecanização, o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos e o emprego de diversos insumos industrializados, tendo, no crédito rural subsidiado, um de seus principais indutores (SOUZA; LIMA, 2003). Posteriormente, com a expansão da produção industrial com bases no modelo de substituição de importações, a agricultura passou a se integrar a esta dinâmica onde não se distingue mais o setor agrícola do industrial nos, como são conhecidos, complexos agroindustriais ou agronegócios. "A produção rural passou a se situar economicamente entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura – a montante – e as indústrias processadoras e de serviço de base agrícola – a jusante" (MONTOYA e GUILHOTO, 2001, p.180).

Com efeito, conforme Peixoto (1998), tal maneira de compreender e de intervir no campo se, de um lado, contribuiu para a emergência dos grandes complexos agro-industriais, de outro, manteve os acentuados níveis de pobreza que atingiam a maioria da população rural. Sendo assim, o processo de crescimento da agricultura criou novas realidades produtivas, mas não foi capaz de resolver as principais questões sociais existentes, podendo-se afirmar inclusive que se acentuaram as disparidades.

Referindo-se a períodos mais atuais, Santos (2001) argumenta que, como conseqüência da crescente diminuição da influência do estado que se encontra acossado frente às condições supra-estatais e ao avanço da influência das transnacionais, processo este que acompanha o processo de globalização, esta influência estaria sendo crescentemente exercida pelas diversas redes de poder entre os agentes sociais na determinação de políticas que os favoreçam. Portanto, coloca que as questões sociais tornaram-se complexas, sendo várias as dimensões do social que passaram a ser questionadas, dentre as quais, cabe ressaltar as questões: de exclusão social, da relação do homem com a natureza, das transformações tecnológicas, das transformações da agricultura familiar e sua sustentabilidade e a diversificação das alternativas de desenvolvimento para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema global.

Em meio aos horizontes maximizadores de fatores econômicos, Tedesco (2001) coloca que, entram em cenário novos personagens valorizando aspectos da trajetória socioeconômica do campesinato. A agricultura familiar apresenta-se em evidência atualmente nos campos político, econômico, cultural e social, manifestando a dinâmica dos novos processos sociais que perpassam o meio rural /agrícola. Ressalta-se que a unidade familiar no meio rural seja talvez a instância socioeconômica e cultural que melhor manifesta, agrega e reage em razão dos elementos constituintes dos processos sociais da modernidade, o que remete-nos, conforme este, a relativizar as noções de atraso, de determinismo, bem como de funcionalidade.

A denominada Revolução Verde causou transformações importantes nos sistemas produtivos agrícolas determinando o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos, de agrotóxicos e de maquinaria agrícola, transformações estruturais que no Brasil ficaram conhecidas como a fase da modernização da agricultura. Surgiram novos parâmetros e subdivisões que modificaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do pequeno produtor, com mudanças nos interesses voltados a terra, família e propriedade. A agricultura familiar modificou-se.

Foram diversas as políticas que visaram conter as condições desfavoráveis que se colocavam na agricultura para este estrato produtivo e social, o que, no entanto, levou ao agravamento da situação de precariedade a que estavam submetidos, incorrendo o país em problemas de êxodo rural e num conseqüente processo de concentração fundiária e de renda. Destaca-se, a partir destas exposições, que o estudo das propriedades familiares produtoras de uva de Marialva-PR se faz premente, no sentido de se verificar a relação com uma política social destinada a eles próprios: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado de maneira a combater a progressiva perda de espaço dos pequenos agricultores em termos da posse da terra e da representatividade diante do avanço da agricultura comercial.

A importância do trabalho assenta-se na consideração de que, através de políticas publicas que visem dar apoio financeiro, tanto para crédito, quanto para infra-estrutura, tenha-se um objetivo maior que sustente estas ações. O PRONAF com objetivos diretos de fornecimento do crédito para a agricultura familiar estaria associado com o objetivo de indução à modernização do meio rural, objetivos estes que se relacionam ao aumento da renda, à elevação da produção, à melhoria da produtividade, ao uso racional da terra, à proteção ao meio ambiente e, por conseguinte, à melhoria de vida e a fixação do homem ao campo. O que se defende, portanto, é que tais objetivos seriam mais bem viabilizados dentro de um contexto em que as relações democráticas predominassem, como aclamadas pelo sociólogo Francês Alain Touraine (1996), donde sobressaem temas como: a representatividade dos interesses dos atores, a cidadania e a limitação do poder do Estado. Portanto, investiga-se as condições da participação, no sentido de se verificar as tão defendidas relações democráticas, as quais Touraine ressalta, entre os atores visados pelo programa e o Estado, visto que, a democracia está diretamente associada com a participação, um requisito especialmente quando se trata de um programa social.

O artigo é estruturado de maneira a prover primeiramente uma breve introdução aos problemas enfrentados pela agricultura de modo geral perante as novas premissas da era modernizante e ressaltar os seus impactos para os pequenos produtores, dentre os quais, ressalta-se o estrato social específico da agricultura familiar. Ressalta-se num segundo momento a premência de políticas públicas que considerem os diversos aspectos para a sustentação deste segmento, donde se perfaz uma discussão sobre a tecnologia e seus impactos nesta esfera de análise e apresenta-se o objeto de análise: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Passa-se a desenvolver um embasamento sobre esta política para posterior fundamentação a respeito da discussão que permeia o estudo, a democracia e a participação dos envolvidos, ou seja, os agricultores familiares do município de Marialva PR. Posteriormente, se apresenta a metodologia utilizada para o estudo e os resultados da pesquisa, com base na investigação de campo, desenvolvendo-se uma consideração crítica da política PRONAF em relação ao referencial teórico utilizado. Por último, integram-se as conclusões, limitações do trabalho e as sugestões para pesquisas futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com as transformações mundiais a agricultura familiar modificou-se. Surgiram novos parâmetros e subdivisões que mudaram o estilo de vida social, econômico, político e ambiental do pequeno produtor, com mudanças nos interesses voltados a terra, família e propriedade. Ao mesmo tempo em que, com a aderência dos municípios a projetos de modernização e seus pacotes tecnológicos, consequentemente aconteceram mudanças técnicas de produção sem, no entanto, alterar as estruturas agrárias o que gerou aumento da pobreza, desemprego, degradação do meio ambiente, concentração fundiária e o êxodo rural nas

regiões agrícolas (WESZ Jr. e TRENTIN, 2004). Rattner (1980), neste sentido, põe em foco a questão das políticas tecnológicas que teriam levado ao desmantelamento e a precariedade das condições determinantes de vida do pequeno produtor, em prol da defesa de interesses exógenos.

Nota-se portanto, que, com relação à agricultura familiar, o contexto não é favorável, donde se percebe uma tendência de maior concentração de renda em virtude da utilização crescente de tecnologia ou de insumos modernos na atividade agrícola. Contudo, como argumentam Montoya e Guilhoto (2001) os resultados benéficos ou adversos derivados do agronegócio para as propriedades familiares dependerão dos processos de interdependência que guarda com a agroindústria, com a economia como um todo e, fundamentalmente, com as políticas econômicas setoriais e nacionais. Conterato e Schneider (2004), neste sentido, comentam que estudar a agricultura familiar significa analisar e problematizar as estratégias de reprodução que esta adota ao longo de sua trajetória histórica. E reforçam que, no Brasil, trabalhos como os de Abramovay (1992), Schneider (1999:2003) e Anjos (1995: 2003) procuraram demonstrar que a agricultura familiar tem viabilizado a sua reprodução social e até mesmo se fortalecendo pela sua crescente mercantilização. Para estes autores, a inserção mercantil e o seu fortalecimento podem ocorrer através do mercado de produtos agropecuários, através do sistema financeiro e mesmo através do acesso às políticas públicas.

Blum (2001) define política agrícola como o conjunto de medidas que visam orientar, disciplinar e promover o meio rural, a curto, médio e longo prazos para manter ou ascender o nível de vida. E, como tal, argumenta, entretanto, que esta política agrícola nunca existiu no país e que as políticas de safra e outras voltadas para o meio rural deixam muito a desejar nos aspectos econômicos, de legislação e de usufruto de infra-estrutura, saúde, educação e lazer. Contudo, Abramovay (1994), estima que a elaboração de um projeto sócio-econômico de desenvolvimento rural fundado sobre a agricultura familiar pode ser viável, defendendo sua visão de que a legitimidade da política agrícola repousa na sustentação da capitalização e desenvolvimento de uma agricultura familiar empreendedora e moderna.

Neste sentido, com o objetivo de combater o quadro histórico de políticas concentradoras da agricultura no país, responsável pela forte exclusão social no campo, foi instituído em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), hoje conduzido pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta política visa prover ao estrato social e produtivo de Agricultores Familiares condições favoráveis à continuidade de sua reprodução social diante do contexto adverso que vem se apresentando. Definido como uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, o PRONAF tem como eixos básicos o financiamento da produção agrícola, por intermédio da concessão de financiamento pelos agentes financeiros (Pronaf-Crédito); a transferência de recursos orçamentários para o desenvolvimento rural de municípios selecionados (PRONAF - Infra-estrutura); e a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (PRONAF-Capacitação) (ANDRADE da SILVA, 1999).

Veiga (1995), portanto, irá ressaltar que o PRONAF, como um programa específico para a produção familiar, representa um avanço; e de fato denota uma mudança institucional no sistema de crédito com vistas a considerar esta fatia tão importante para o setor agrícola. Segundo Carvalho e Teixeira (2004) a agricultura familiar constitui-se como tal pela sua grande participação na produção de alimentos e matéria-prima e pelo seu dinamismo, auferindo grande produtividade da terra. Andrade da Silva (1999) destaca que a idéia-força que sustentou a criação do PRONAF na esfera governamental foi o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra, o que a transformou em opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural.

Agricultura familiar

Segundo o Manual Operacional do Crédito Rural do Pronaf (PRONAF, 2005), os agricultores familiares são definidos, como sendo os produtores rurais que atendem aos seguintes requisitos:

· Sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária;
· Residam na propriedade ou em local próximo;
· Detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor;
· No mínimo 80% (oitenta por cento) da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento;
· A base da exploração do estabelecimento deve ser o trabalho familiar.

Os produtores rurais familiares, pelas razões expostas anteriormente, sofreram ao longo dos anos um processo de redução nas suas rendas, chegando à exclusão de trabalhadores rurais de ao redor de 100.000 propriedades agrícolas por ano, de 1985 a 1995 (IBGE, Censo Agropecuário 1995/96). Nota-se também que, com relação à agricultura familiar, o contexto atual não é favorável, donde se percebe uma tendência de maior concentração de renda em virtude da utilização crescente de tecnologia ou de insumos modernos na atividade agrícola. Boa parcela deste processo de empobrecimento pode ser explicada pela pouca oferta e pela baixa qualidade dos serviços públicos voltados para os mesmos, os quais poderiam viabilizar a inclusão socioeconômica destes agricultores.

No entanto, Tedesco (2001) relata que o agricultor familiar adota estratégias e aciona formas de racionalidades adaptativas possíveis frente, e em razão, do impacto das transformações globalizantes, do mercado, da cultura urbana e das redefinições industriais em termos de correlações de força entre os atores sociais envolvidos. Enfrenta também os desafios, com as condições objetivas e os instrumentos que lhe são possíveis e ao seu alcance, dentre os quais, a incipiente participação nas políticas públicas, a precariedade em termos de condições objetivas de existência, os limites fundiários, a contemplação seletiva dos recursos públicos, a seletividade econômica imposta pelos agentes do capital agroindustrial, financeiro e comercial e a fragmentação, atomização e o incipiente poder de barganha em relação aos vínculos mercantis.

Alguns dados que evidenciam a importância deste extrato social e produtivo relacionam-se com sua representatividade: mais de 84% dos imóveis rurais do país, ao redor de 4,1 milhões de estabelecimentos. Os agricultores familiares são responsáveis por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária e parcela significativa dos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros, como o feijão (70%); a mandioca (84%); a carne de suínos (58%); de leite (54%); de milho (49%); e de aves e ovos (40%). Outro fato que denota esta importância está na proporção de empregos por hectare. Na agricultura empresarial, em média, emprega-se 1 trabalhador para cada 100 hectares cultivados, enquanto que na familiar a relação é de apenas 10 hectares por trabalhador (Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel, 2006).

Este dado é representativo se considerarmos que atualmente as propriedades de agricultura familiar representam 88% dos imóveis rurais do País, ocupando somente 20% da área agrícola. São dados que apontam para a eficiência das propriedades de agricultura familiar em termos de produtividade havendo, no entanto, possibilidades de aumento destas capacidades, donde se aponta para a criação de políticas adequadas (GASQUES E CONCEIÇÃO, 2001). Políticas estas que considerem e visem propor alternativas para: o incipiente nível organizacional dos agrupamentos inseridos nestes contextos, as limitações de

suas bases produtivas e de comercialização, e a criação de oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania.

Montoya e Guilhoto (2001) argumentam de forma semelhante, que os resultados benéficos ou adversos derivados do agronegócio para as propriedades familiares dependerão dos processos de interdependência que guarda com a agroindústria, com a economia como um todo e, fundamentalmente, com as políticas econômicas setoriais e nacionais. E nesse ponto, insere-se um aspecto essencial, qual seja, o da relação que estes fatores guardam com o fomento do associativismo, indispensável para que o pequeno produtor possa realmente se beneficiar destes.

Política, tecnologia e globalização

Conforme Blum (2001) os principais problemas de baixa tecnologia apresentados pelas propriedades familiares são as perdas nas colheitas e no armazenamento, erosão dos solos, uso inadequado de agrotóxicos, pouco uso de insumo e a monocultura. Em sua pesquisa, o autor demonstra a importância de se melhorar o nível tecnológico dos produtores rurais reportando que a propriedade com melhor nível tecnológico, precisaria de menos área para ser viável. Portanto, conclui que uma política agrícola para a agricultura deveria atuar nestas duas frentes: melhorar o nível tecnológico e viabilizar o acesso dos agricultores à terra, aumentando suas áreas produtivas. Diante das desvantagens da agricultura familiar em relação à agricultura comercial, Souza Filho et alli (2004) ressaltam que é possível reduzir os efeitos destas, principalmente àquelas associadas à escala, por meio da introdução de tecnologias adequadas.

Com base em posições como estas, o MDA – que tem como área de competência a Reforma Agrária e o PRONAF – vem buscando, na sua missão, criar oportunidades para que se desenvolva o aspecto tecnológico nas pequenas propriedades (Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel, 2006). E, assim, destaca os benefícios da assistência técnica nas propriedades rurais em que, acompanhado de análise econômica, pode diagnosticar as propriedades e apresentar a forma de intervenção para melhorar os resultados técnico-econômico-financeiros. Neste ponto se faz uma contenda sobre a tecnologia e seus impactos para a sociedade na contemporaneidade, focando-se no papel da política permeando esta relação.

Há dois elementos fundamentais que devem ser levados em conta na análise da globalização, como em tudo o mais, em qualquer fase da história: o estado das técnicas e o estado da política. Com isso, Milton Santos (2000) abre a questão que permeia o estudo com relação à adoção de tecnologias pelas propriedades rurais familiares como forma de compensar as desvantagens do contexto histórico atual que perpassa o segmento. É desenvolvida uma breve análise sobre a relação do homem com a tecnologia em que se ressaltam aspectos distintos desta relação na contemporaneidade.

Toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando com o passar do tempo. Elas, como exposto pelo geógrafo, oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e são, assim, a marca de cada período da história, definidas pelas possibilidades que criam. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. Nos últimos séculos, conhecemos os avanços dos sistemas técnicos, até que no século XVIII, surgiram as técnicas das máquinas, permitindo diminuir os esforços dos homens na produção, no transporte e nas comunicações alterando as relações entre países e entre sociedades e indivíduos (SANTOS, 2000).

Atualmente percebemos o estabelecimento de uma característica deste sistema técnico dominante no mundo, a qual, se reflete no meio rural, e o qual tem sido alvo de críticas: a de

ser invasor. Este fundamento se traduz na ação dos atores hegemônicos, que no caso das empresas globais, funcionam a partir de uma fragmentação, só sendo possível porque a técnica hegemônica é presente ou passível de presença em toda parte. A esta faceta denomina-se a unicidade da técnica. O sistema de técnicas dominantes desse período é o primeiro a se impor na história da humanidade de forma tão disseminada e fazendo-se sentir instantaneamente tão largamente. Essa conotação das técnicas, no entanto, poderia ser diferente - e esta é uma das principais argumentações de Santos (2000) - se seu uso político fosse outro. Neste ponto, toca-se em uma questão central concernente ao uso do sistema técnico contemporâneo a partir de formas de ação que seguem um discurso comprometido com a ideologia hegemônica.

Em relação a tecnologia, Rattner (1980) analisa que as definições de tecnologia correntes referem-se claramente aos seus aspectos instrumentais, pelas quais uma determinada técnica ou ferramenta é usada para se atingir um fim prático. Entretanto, como postula o autor, se o conceito for ampliado, englobando a totalidade dos meios empregados por certo grupo ou sociedade em seus esforços de assegurar sua subsistência, mudanças em tecnologia tornam-se equivalentes a mudanças culturais. Assim, as conseqüências das mudanças tecnológicas podem afetar além dos hábitos, costumes e comportamentos, a própria estrutura social e a distribuição do poder e da riqueza dentro da sociedade.

Tem-se que, quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza conjuntamente os sistemas técnicos contemporâneos e este imaginário que ludibria em favor de seus interesses e que sustenta todas as ações da globalização, criam-se as formas de relação econômica inabaláveis e inflexíveis, as quais resta aos atores a obediência imediata, seguindo a lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. Esta argumentação constitui-se na ênfase central de sua obra, em que o autor faz um chamado à reflexão a respeito desta ideologização maciça, reportando a realização do mundo ao exercício de fabulações. A ideologia faz com que tudo relativo à globalização aparente ser irreversível e indispensável; o que se apresenta como preponderante a um contexto restrito, passa a o ser de forma generalizada. Da mesma forma, atribui-se os benefícios da globalização de forma genérica ao mundo, enquanto que estes, na verdade, seriam desfrutados por apenas uma minoria, as custas da desenfreada pauperização dos continentes e dos povos (SANTOS, 2000).

Ressalta-se o papel do Estado para conter esta invasão e manipulação a favor do mercado global, que progressivamente promove a exclusão agravando as desigualdades. Porém, como retratado pelo autor, este se encontra subordinado aos interesses deste jogo de competição. A ideologia que serve de alicerce a este totalitarismo embute a crença na indispensabilidade das empresas globais, as quais, em prol de seus interesses o Estado vai agir, à custa das necessidades da população. Esta passividade se manifesta na retirada do poder público das responsabilidades concernentes as tarefas de proteção social.

Santos (2003) coloca, porém que, a globalização, vista como possibilidade para o futuro, passaria a empregar as técnicas de forma mais solidária, de modo a derrubar o totalitarismo. Ele argumenta que ao assumir a técnica em conjunto com a política, e à medida que esta lhe atribua diferentes usos, as mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, diferentemente fundamentados socialmente e politicamente. Destaca-se, assim, a importância do entendimento de nosso tempo para a construção do discurso da liberação genuína que constituiria a base intelectual da política. Política, esta, a que Santos (2003) propõe, apoiada na simplicidade e na veracidade de seus fundamentos e em soluções estruturais e duradouras, contrapondo-se as medidas imediatistas e provisoriamente eficazes.

Pronaf e Democracia

Marques (2004) ressalta que o PRONAF representa a principal intervenção pública brasileira no apoio à agricultura familiar, considerando a potencialidade desta em dinamizar a economia, baseando-se em dois aspectos: apoio financeiro para o fornecimento de crédito e para a infra-estrutura e serviços. Teixeira e Valente (2004), neste sentido, ressaltam ainda que o programa é responsável pela promoção de negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, pelo financiamento da produção da agricultura familiar e pela profissionalização dos agricultores familiares.

O programa PRONAF atua na realização destes objetivos a partir de quando o custeio é solicitado para uma determinada situação. Com base nas características específicas da lavoura é feita uma orientação e são exigidos alguns procedimentos com base em pesquisas já realizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), responsável pelos projetos de assistência técnica do PRONAF em quase todo o território nacional. As técnicas mais recomendadas, segundo entrevista realizada na entidade de Maringá e região PR[1], de maneira geral, são as relacionadas à tecnologia de plantio e de produção das culturas adequadas aos respectivos climas e regiões, correspondendo ao primeiro dos pontos gerais do tripé trabalhado pelo PRONAF. Os outros dois pontos relacionam-se ao aumento da renda da família do agricultor e a criação de vínculo associativista.

A análise de solo faz-se uma exigência para basear a orientação das técnicas recomendadas, das variedades, dos tipos de adubo a serem utilizados, dos tratamentos contra as pragas e doenças e, com relação aos tratamentos, a compra de sementes e de adubo. Os recursos são repassados do governo para as agências financiadoras que exigem obrigatoriamente o acompanhamento periódico. Entre os outros documentos que os produtores terão que apresentar ao Banco para terem acesso aos recursos do PRONAF, está a declaração de aptidão ao Programa (DAP), em que, serão classificados nos grupos “A”, “B”, “C”, “D”, e “E” de acordo com a renda e a condição da mão-de-obra utilizada. Na *homepage* do Programa encontram-se as outras linhas de crédito do PRONAF disponibilizados pelo Banco do Brasil, de onde se percebe que trata-se de uma política estruturada e abrangente, na busca de contemplar as especificidades do estrato produtivo e sociocultural da agricultura familiar: Pronaf Agregar; Pronaf Florestal; Pronaf Alimentos; Pronaf Mulher; Pronaf Jovem Rural, Pronaf Agro-ecologia; Pronaf Pesca; Pronaf Pecuária Familiar; Pronaf Turismo Rural; Pronaf Máquinas e equipamentos. Essa descrição contempla a discussão dos aspectos do funcionamento da política que dizem respeito a sua atuação no meio rural.

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado de maneira a combater a progressiva perda de espaço dos pequenos agricultores em termos da posse da terra e da representatividade diante do avanço da agricultura comercial. Isto se deveu, como foi visto, às políticas governamentais que por muito tempo favoreceram a produção agrícola de grande escala que se destinaria às transações comerciais. Sendo assim, de acordo com a pretensão do estudo de se verificar as relações democráticas as quais Touraine (1996) ressalta, faz-se uma discussão de modo a sublinhar os aspectos que sobressaem na defesa de seu argumento para com a Democracia.

O autor traz à tona a reflexão sobre a degradação da democracia a uma concepção empobrecida, o que estaria fundamentando a indispensabilidade que ocorre em dias atuais, de se interrogar sobre o conteúdo social e cultural da democracia. Touraine (1996) faz um apelo a uma concepção consistente que defina a ação democrática pela libertação dos indivíduos e grupos, que submetidos a uma lógica de poder não passam de uma fonte de recursos. Destaca que esta concepção se faz premente como um meio de impedir o mascaramento de absolutismos e da intolerância como formas democráticas de alocar as pessoas. A ação democrática propõe-se a libertar os indivíduos e grupos das imposições que recaem sobre eles

[1] Entrevista realizada no dia 29 de setembro de 2005 na EMATER de Marialva PR.

e, portanto, como defendida por Touraine, não se baseia numa simples noção procedural de liberdade.

Touraine ressalta que não pode haver democracia representativa se os atores sociais não forem capazes de dar sentido à sua ação, incorrendo-se no risco de reduzir os atores sociais ao estado de massa, não passando estes, de um recurso político. Apenas existe democracia quando os problemas sociais são reconhecidos como a expressão de relações sociais que podem ser transformadas por uma intervenção voluntária de governos livremente eleitos. Assim, continuando esse pensamento e se referindo ao Estado-providência, retifica que o futuro da democracia depende menos da redistribuição do produto interno a ser garantida pelo Estado do que de nossa capacidade para nos comportarmos como atores de um novo tipo de sociedade, de escolhermos políticas que reduzam as desigualdades e de reanimarmos os debates políticos dando as políticas sociais um papel reformador (TOURAINE, 1996 p.148). Como mostra este autor, pode-se conceber as ações de intervenção de administrações estatais, econômicas ou científicas deste Estado-providência como um meio de proteção do indivíduo e do grupo submetidos a relações de poder, logo, como um instrumento de integração social e nacional.

Sendo assim, Blum (2001) estaria de acordo com tal pensamento ao expor que, para que qualquer política agrícola tenha sucesso, deverá plantar-se nos princípios: educativo, programado, participativo, cooperado, democrático, sistêmico e sem distinção, de modo que a proteção dada pela política agrícola não seja apenas uma compensação às outras medidas em que estariam prejudicando ou descriminando a agricultura. Tais princípios estão fortemente relacionados com a pressuposição de que o associativismo representa a condição *sine qua non* para a sobrevivência da sociedade agrícola. Para as áreas culturais e sociais, como a educação, a saúde, o transporte, o lazer, a infra-estrutura e a defesa da categoria, o autor retifica que deve ser incentivada a formação de associações, conselhos comunitários e sindicatos. O fomento do associativismo, principalmente de cooperativas e condomínios rurais, é preconizado também para a resolução dos problemas técnicos e econômicos de falta de área de cultivo, de pouca agregação de valor nos produtos, comercialização ou escala de produção e do crédito dificultado.

As características fundamentais de uma sociedade democrática são apontadas como: a representatividade dos governantes, a existência de agentes políticos como instrumentos dos atores sociais; a cidadania que se refere a uma consciência de filiação; e o poder dos governantes limitado a partir do reconhecimento dos direitos fundamentais. Reitera-se que as condições prioritárias da representatividade são:

(i) Exigência que exista uma forte agregação das demandas provenientes de indivíduos e setores diferentes da vida social. A existência de um conflito geral entre atores sociais constitui a base mais sólida da democracia. A eliminação das minorias para afirmar um povo reunificado condiziria a um regime autoritário.

(ii) Necessidade de que as categorias sociais sejam capazes de se organizarem de forma autônoma no próprio plano da vida social, donde percebe-se, a importância da vida política.

A democracia, em “Que é a democracia?” se constitui em um conjunto de mediações entre os atores sociais e a unidade do Estado. Esta relação é fundamental, visto que, proporciona pensar nas duas dimensões da democracia: Estado e a sociedade civil. Esta se daria na medida em que os direitos fundamentais dos indivíduos precisam ser garantidos, ao mesmo tempo em que estes adquirem a cidadania para participarem da construção da vida

coletiva, fazendo-se premente a representatividade dos dirigentes políticos ligando estas duas facetas e completando as três dimensões interdependentes da democracia.

METODOLOGIA

Em sua obra, Touraine (1996) ressalta a importância da constituição de atores sociais capazes de conduzir uma ação econômica racional e, ao mesmo tempo, administrar as relações de poder. O autor enfatiza que estes são os únicos com possibilidade de resistir ao domínio do Estado autoritário, modernizador e nacionalista porque constituem uma sociedade civil capaz de negociar com o estado, o que denota uma autonomia real à sociedade política. Assim, visou-se obter informações dos produtores rurais que obtêm financiamento do PRONAF quanto ao seu posicionamento como sujeito ou objeto da política. Em sua definição de sujeito, Touraine (1996), opta basear-se em um esforço de integração de duas faces da ação social, em que o ator social, indivíduo ou grupo, combina razão instrumental, indispensável em um mundo de técnicas e permutas, e a memória ou imaginação criadora, sem as quais somente existiriam agentes reprodutores de uma ordem fechada sobre si mesma e não atores indispensáveis para produzirem a história.

Portanto, considerando a não ocorrência de um processo democrático como defendido por Touraine, pretende-se conhecer as razões pelas quais os produtores rurais não se percebem como capazes de exercer representatividade em um programa destinado a eles próprios. Nessa linha de pensamento, o autor de "O que é a Democracia" comenta: "Com efeito, a democracia só pode se enfraquecer se deixar de ser representativa e, por conseguinte, se os atores sociais forem incapazes de formular reivindicações e expectativas" (TOURAINE, 1996 p.153).

Sendo assim, realizou-se um estudo de caso, que segundo Yin (2001) é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. Ainda, segundo o autor, a preferência pelo estudo de caso deve ser dada quando do estudo de eventos contemporâneos em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas é possível se fazer observações indiretas e entrevistas sistemáticas. O levantamento dos dados se deu através de: pesquisa documental, nos sites das entidades governamentais agrícolas; bibliográfica, com revisão dos artigos científicos dos principais eventos sobre o tema e de obras concernentes a modernização da agricultura; e através de pesquisa de campo com o contato direto com os produtores.

Para coleta de dados primários utilizou-se do instrumento da entrevista não estruturada de maneira a captar a percepção dos atores envolvidos em relação ao PRONAF. As entrevistas pessoais foram aplicadas junto ao órgão responsável pelos projetos de assistência técnica da cidade, dirigida a dois dos técnicos, e junto a um grupo de agricultores familiares da Comunidade do Iti, situada a aproximadamente 10 quilômetros do centro da cidade, indicados pelo técnico. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo em que se efetuou à partir das transcrições e análise de conteúdo das entrevistas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em entrevista com o técnico Agrícola da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Marialva - PR retiveram-se informações que reforçam o funcionamento segundo os critérios estabelecidos pelas diretrizes da política. Conforme o técnico agrícola, vindo a reforçar isto, a cidade de Marialva-PR caiu num sorteio realizado anualmente pelo

Governo Federal, donde retira-se aleatoriamente 2% das cidades do país para receber uma devassa fiscal.

> [...] eles vê tudo, Prefeitura, câmara municipal, todas as entidades filantrópicas, e entrou a Emater também devido ao Pronaf, que é um dos objetos da fiscalização. E eles, o fiscal de Curitiba-PR, vieram com uma listagem determinando a fiscalização. Isto gerou uma seriedade muito grande. A Emater já levava muito correto, e agora com esta fiscalização então... A fiscalização é feita pela Procuradoria Geral da União, quando a gente faz a coisa certa é tão bom quando fiscaliza.

Os profissionais da entidade demonstraram afinidade com os ideais do PRONAF, o que se pôde confirmar junto aos produtores rurais que são assistidos por esta unidade do governo. Os nomes dos agricultores são mantidos em sigilo, sendo denominados como Produtores A, B, C, D, E, F e G. Estes enquadram-se no grupo "D" de acordo com sua renda e condição de mão de obra utilizada no cultivo da uva fina de mesa.

Ressalta-se a satisfação com relação ao PRONAF por parte dos produtores de forma ampla. Um produtor ("B"), que já não se utiliza do programa, quando perguntado sobre o que pensa diz: "Estou satisfeito. O pronaf orientou no negócio da tela para telar os parreiral de uva. Eu parei de usar o financiamento porque vendi minha chácara. Se não tivesse vendido, tava usando até hoje."

Contudo, diante do histórico de políticas que debilitaram a condição do produtor familiar, no início quando foi instituído o programa PRONAF, a EMATER teve que insistir para que os produtores perdessem o receio e a desconfiança com relação aos empréstimos agrícolas, principalmente em decorrência de casos passados de políticas de financiamento com juros altos, fazendo com que os pequenos produtores tivessem de arcar com custos elevadíssimos, chegando, muitas vezes à perda das próprias propriedades. Com relação a isso, a agricultora "F" responde: "No início nós estávamos com medo de fazer porque era uma coisa assim... que a gente pensava que não conseguia fazer. Aí ela (engenheira agrônoma) insistiu: - você faz porque é muito bom!, aí entusiasmou a gente".

O técnico agrícola quando indagado sobre a satisfação dos produtores, enfatiza que esta se manifesta positiva de modo geral. Os agricultores confiam nos representantes do governo, podendo ser percebido quando estes ressaltam a EMATER como a quem recorrem para resolver as suas reivindicações.

> (Produtor "E") Quando tem algum problema, reclamação agente leva primeiro aos ouvidos da EMATER. Depois agente procura à partir daí. Porque é ela que nos orienta.

No entanto, os produtores comentam em relação aos problemas que percebem no tocante ao funcionamento do PRONAF. Assim disseram:

> (Produtor "E") No financiamento antes tinha uma burocracia disgramada; hoje já deu uma melhorada nisso aí. Mas o problema é que o pessoal do banco quer vender os produtos do banco. E se o cara já está pedindo financiamento, é porque ele já está quebrado e chega lá o cara do banco quer vender um seguro, quer vender um não sei o que lá, isso é complicação, pq a pessoa não é obrigada a comprar produto de banco, o dinheiro disponibilizado é para ajudar a agricultura e não o banco.

Verificou-se que a burocracia ainda representa um grande problema, visto que até as vertentes do PRONAF não são claras, sendo isto ressaltado pelos proprietários que continuam a tecer seus comentários:

> (Produtor "G") O pronaf para mim para melhorar tem que ter uma divisão: o cara grande devia ter que pagar o financiamento mais rápido e o cara mais fraquinho eles deviam dar um prazo mais comprido.
> (Produtor "F") O atendimento lá na EMATER era muito ruim, não tratava agente bem. Se bem que agora ta bom que entrou a S. (Engenheira agrônoma).

Outra questão:

> (Produtor "D") O negócio é sempre na EMATER. O sindicato mesmo não ajudava não. Mais é a EMATER que ajuda o pessoal. Dá assistência e ajuda tudo até hoje. Meu parreiral caiu já duas vezes e a EMATER vai e vê o estrago que fez. Agora, a chuva de pedra acabou com nossa uva.

Toca-se em uma questão importante já mencionada pelo técnico da EMATER, sobre a queda da produtividade ocasionada por fatores climáticos:

> Hoje, no nosso município aqui, 1/3 da população trabalha diretamente com a agricultura, o nosso município está passando por uma crise "medonha", uma crise terrível de comércio e indústria, e a gente percebe que isto está ligado a quê? Ao preço baixo da soja, a queda de produtividade da uva. Então a influência agrícola no município é muito grande, é muito forte, e ela passa por aqui, pois nós somos a mão do governo do estado, onde tudo vem por aqui, todos os programas passam pela Emater, todas as formas de desenvolvimento, os programas de desenvolvimento, sejam eles estadual ou federal (caso do Pronaf), o executor é aqui, EMATER-Pr.

Outro assunto abordado nas entrevistas refere-se ao estímulo do vínculo associativista. Segundo as informações obtidas em entrevista em Marialva em meio aos técnicos da EMATER, verificou-se alta ênfase no agrupamento e no associativismo para a emancipação e o desenvolvimento da cidadania.

> Por que hoje, o governo não tem mais condição de fornecer uma assistência técnica como era a extensão rural antigamente, em que agente pegava na mão do produtor, "colocava a semente dentro do buraquinho". Hoje não, os escritórios da EMATER do Paraná são agentes de desenvolvimento mesmo. No momento que a gente está conversando aqui, algum agente, algum líder, algum elemento da comunidade, ta agindo e causando alguma transformação lá mesmo, objeto de algum treinamento que ele recebeu aqui. (...) Não tem mais como o Governo assumir todo esse desenvolvimento e ele carregar sozinho, mesmo porque, se não houver o envolvimento da comunidade, esse desenvolvimento morre por si só. Quando você cria o desenvolvimento, cria o agente, cria o líder, ele vai gerar fruto lá para frente. Aqui não é nem ensinar a pescar, é ensinar a pegar o bambu e fazer a vara.

Os dados apresentados revelam que havia quatro associações de produtores que se fundiram em uma só, responsável por toda a comercialização. Depois, em um período de dez anos aproximadamente, foram montados pelo menos 5 associações formais, e por volta de vinte informais, passando desde a feira do produtor até a associação de comunidades. Há também uma cooperativa de grãos no município, a COCARI, sendo a maior da região, com três interpostos. A maior indústria da cooperativa está no município e participa de mais de 40% da renda municipal. Há também duas mais cooperativas de produtores de frutas. Quanto a isso o técnico detém-se:

> Então são três cooperativas numa cidade de 20 mil habitantes, acho que não deve ter isso por aí não. Pelo tamanho da cidade a organização é muito forte, (...). A orientação em associativismo, cooperativismo, isso é dado [para os produtores] quase de forma natural, porque durante todos os eventos, tudo que é mantido, tudo que é feito no município é feito através das associações e cooperativas. Aquela pessoa que ta fora vai ficando desinformado, perdido. As vezes o cara vem reclamar que não está participando dos eventos etc. e nós vamos falar: - não meu amigo, nós convidamos a associação, a cooperativa, e você precisa participar, pra você não ficar cada vez mais abandonado e para facilitar o seu atendimento.

Souza Filho et alli (2004) advoga que o grau de organização e participação dos produtores familiares em organizações sociais do tipo, cooperativa e associação de produtores, tem impacto direto tanto sobre a capacidade de produção como sobre a eficiência do uso dos recursos. De um lado, a associação de interesses permite em muitos casos alcançar

o patamar e escala mínima exigida para viabilizar a adoção de determinadas opções produtivas e realizar certos investimentos, por outro lado, proporciona o uso eficiente destes recursos. Isto é um dado importante devido à peculiaridade das condições produtivas da população objeto da pesquisa. Sendo produtores de uva fina de mesa, cultura que requer tratos especiais e infra-estrutura específica, os agricultores estão mais vulneráveis em relação aos outros participantes da cadeia produtiva, porque incorrem em gastos elevados e no baixo poder de negociação devido a perecibilidade do produto.

Ressalta-se, como conseqüência de uma maior organização entre os membros da comunidade do Iti, a diminuição do comportamento oportunista: um fato prejudicial muito comum era a venda da uva ainda verde para se aproveitar dos preços altos no inicio do período da colheita e final da entressafra. No entanto, isto levava a uma má reputação do produto da região. E, desta forma, através da associação, também se contribuiu para aumentar o poder de atuação destes produtores dentro da cadeia produtiva.

Os produtores, através de seu representante, destacaram o problema do baixo preço da uva e as razões para tal fato, na época específica da entrevista:

> Uma razão foi a produtividade e a outra por causa da venda por parte de alguns produtores, da uva in natura com um grau de brix que não era permitido, levando o preço para baixo. Mas como o pessoal reuniu: nós estamos participando de 5 grupos de assistência, por exemplo o SEBRAE, o IDR e a própria Universidade de Maringá, então isso chegou até os ouvidos do legislativo para tomar uma providência, mas por causa desta movimentação e o pessoal ver que não dá para trabalhar deste jeito, então chegou até ao poder executivo que conseguiu apreender algumas uvas que estivessem imaturas. [...] isto está repercutindo no sucesso da venda da uva este ano, mas por que, pq o prefeito colocou fiscal no barracão e este está em cima. E estão pegando mesmo. Então, tem alguém sim, sempre que agente precisa pode procurar uma entidade, por que se depender só da gente é meio complicado. O negócio é nós produtor ter consciência, porque ninguém vai ao mercado para comprar uva verde pra gente chupar.

Outro benefício alcançado através do associativismo é concernente ao perdão da dívida com o agente financeiro. Como os produtores não poderiam honrar suas dívidas devido a motivos de força maior, foi aberto um precedente em que a posição dos produtores foi levada em conta. Este precedente se deu na forma da anistia das dívidas, o que representa uma ação indo ao encontro do conceito de democracia de Touraine (1996). Como ressaltado na definição de democracia deste autor, esta não é somente um conjunto de garantias institucionais, ou seja, uma liberdade negativa. É a luta de sujeitos, impregnados de sua cultura e liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas; ela é a política do sujeito. Portanto, o que a define não é somente um conjunto de garantias institucionais, mas antes de tudo o respeito pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social ou nacional. Neste sentido, a democracia como defendida pelo autor não se apóia somente nas leis, mas, sobretudo em uma cultura democrática. Neste ponto ressalta-se os comentários dos produtores e do técnico agrícola, onde percebe-se em seus discursos traços que remetem ao pensamento democrático.

> (Produtor “C”) [O PRONAF] serviu né, quando nós precisou, entramos em dívida por causa de ter estragado o parreiral. Para pagar o empréstimo não tinha jeito e o governo teve de perdoar a dívida. Quando aconteceu o problema, o técnico da EMATER veio aqui, aí nós mandamos uma carta para Curitiba etc. Caiu duas vezes e aí acabou com tudo, até a tela o cara comprou, mas eu nem sei pra que, porque acabou com tudo. Quando foi essa semana, ligaram pra nós pra ver isso junto ao governo.

O técnico Confirma: “Ontem nosso governador do Estado anistiou todas as dívidas do PRONAF inferiores a trinta mil reais. As acima de 30 mil vão ser renegociadas”. É citada a questão do perdão da dívida e se não tivessem no PRONAF, assistidos pela EMATER, o problema climático teria inviabilizado a continuidade da produtividade.

CONCLUSÕES

Tem-se que, alguns autores, quando se referindo ao contexto desfavorável em que se encontram os pequenos produtores, colocam este como resultado da pouca oferta e baixa qualidade dos serviços e políticas públicas. Isto, segundo estes, gerou uma maior concentração fundiária e de renda, em virtude da utilização crescente de tecnologia ou de insumos modernos na atividade agrícola e da exclusão dos agricultores familiares dos processos de agregação de valor, encontrados nas agroindústrias. No entanto, há outros autores que incrementam tais explicações para este processo de empobrecimento. Estes afirmam que se estaria favorecendo a aceitação, que remonta de vários anos, de uma realidade lamentável: de que os agricultores familiares, como receptáculos passivos de políticas, são construções sociais cujo alcance depende dos projetos em que se envolvem e das forças que são capazes de mobilizar para implementá-los.

Por conseguinte, se propõe uma conciliação para estas propostas em que as políticas públicas seriam necessárias, porém não suficientes para a geração de mudanças no contexto de suas realidades determinantes. Sendo imprescindível, portanto, processos que levem a emancipação dos indivíduos, não deixando que estes se constituam em meros instrumentos de manobra. Neste estudo, a emancipação resultou das ações da política pública, representada pelo PRONAF.

Nas respostas dos produtores que recebem o financiamento do PRONAF, destaca-se, de acordo com os objetivos do programa, o estímulo ao vínculo associativista e a organização para defesa de seus interesses. A partir das entrevistas com os produtores, levantou-se aspectos que indicam melhora em termos do incremento das possibilidades e perspectivas futuras, bem como foram apresentados dados que contribuem na consideração de espaços participativos na determinação de fatores que favorecem os atores envolvidos, os quais, os agricultores familiares da Comunidade de Iti em Marialva – PR. Percebe-se que a potencialidade para influir em suas condições determinantes, o seu poder de articulação da realidade intrínseca, é determinada pela capacidade de organização e associativismo, pois, como destacado por Souza Filho (2004), a organização geralmente resulta em mais e melhor informação e amparo dos mecanismos coletivos de planejamento e gestão de atividades. Além disso, com um nível mais elevado de organização aumenta-se o poder de pressão dos produtores familiares junto ao governo e junto à sociedade, podendo, como conseqüência, influenciar positivamente na intervenção pública, na requisição de assistência técnica, no carreamento de recursos adicionais para os produtores e para a implantação de obras de infra-estrutura básica que modificam em profundidade as opções produtivas dos produtores.

Neste sentido analisou-se a participação dos agricultores familiares da cidade de Marialva-PR, donde se percebeu que somente com o estímulo ao vínculo associativista proferido pelo PRONAF conseguiu-se com que os agricultores adquirissem a consciência de sujeito, capaz de atuar nas condições a seu favor, para que obtivessem a anistia da dívida que proporcionou a continuidade das atividades de seus negócios. O que se sugere, com base neste estudo preliminar, portanto, é que todo programa de financiamento agrícola para pequenos produtores deveria incluir em suas metas esforços no sentido de disseminar o vínculo associativista em meio às comunidades, desde que envolva um conceito democrático donde ressalta-se o que é proposto por Touraine (1996), com vistas a que os indivíduos participem como sujeitos na construção das condições determinantes de sua realidade e não como instrumentos ou massa de manobra. Desta forma, estar-se-ia alterando o uso político dos programas governamentais de financiamento agrícola fazendo com que as mudanças tecnológicas afetem, além dos hábitos, costumes e comportamentos, a estrutura social e a distribuição do poder dentro da sociedade, favorecendo o estrato dos pequenos produtores.

A limitação do estudo se resume basicamente na indicação, pelo próprio órgão responsável pela assistência técnica do município, da comunidade a que seria realizada a investigação. Esta orientação pode revelar um viés favorável às medidas do EMATER e do PRONAF, haja vista o possível grau de envolvimento entre os agricultores escolhidos e o órgão governamental.

As características específicas das propriedades do cultivo da uva fina de mesa levam a uma maior dependência, por parte destes produtores, ao financiamento do PRONAF e a assistência técnica devida a maior exigência de gastos em infra-estrutura, tratos e insumos próprios. Neste sentido, esta peculiaridade pode estar atuando em favor do funcionamento eficaz e do alcance dos objetivos do programa governamental, influenciando na possibilidade de generalização. Sendo assim, como sugestão para próximos estudos, recomenda-se que sejam verificadas as condições da participação, requisito para a democracia proposta pelo sociólogo, em situações e culturas agrícolas diferentes, onde não se apresentariam circunstâncias tão grandes de vulnerabilidade para com os recursos oferecidos pela política e para com a variável associativismo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: *A Questão Agrária Hoje* (J. P. Stédile, ed.). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994, pp. 94-103.

Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel. Acesso em: <http://www.biodieselbr.com/biodiesel/social/aspectos-sociais.htm>. Disponível em: 07 de mar., 2006.

ANDRADE da SILVA, R. E. IPEA - *PRONAF: Relatório Técnico das ações desenvolvidas no período 1995-98*. Brasília, 1999.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar*: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, p.57-107, 2001.

BUAINAIN, A. M. *Trajetória recente da política agrícola brasileira*. Campinas, 1997. (Projeto UTF/FAO/036/BRA.).

CARVALHO, F.C.; TEIXEIRA, E.C. *Política governamental aplicada ao agronegócio*. Apostila MBA gestão do agronegócio, Universidade Federal de Viçosa, 2004.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Acesso em: < www.cna.org.br >. Disponível em: 07 de dez., 2005.

CASTRO, E. R. de; TEIXEIRA, E. C. Brazilian Agricultural Credit Interest Rate Equalization Policy: a growth subsidy? In: EAAE – European Association of Agriculture Economics Congress. 11., 2005, Copenhagem. *Anais...*Universidade Federal de Viçosa, 2004.

CHANLAT, J-F. *Sciences Sociales et Management: pladoyer pour une anthropologie générale*. Québec, Ca: Les Presses de l'Université Laval, 1998.

CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sérgio. *Estratégias de reprodução e mercantilização da agricultura familiar no alto Uruguai/ RS: Um estudo de caso no município de três Palmares*. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. da. *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001. p.479-537.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1995. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1985. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE.

MARQUES, Paulo E. M. Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

Ministério da Agricultura , pecuária e abastecimento. Acesso em: < www.agricultura.gov.br >. Disponível em: 07 de dez., 2005.

MOLINA FILHO, J. & BURKE, T. J. *Fundamentos Teóricos e Instrumentos para a Assistência técnica à agricultura*. Piracicaba: Esalq, 1979.

MONTOYA, M. A e GUILHOTO, J. J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar*: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, p.7-11, 2001.

OLIVEIRA, M.A.S e TEIXEIRA, E. C. *Política de estabilização de renda para a agricultura familiar: uma análise de risco*. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM**.**

PAIVA**,** R. Miller. *O comportamento do setor agrícola no desenvolvimento econômico brasileiro: uma apreciação crítica*. Campinas, Curso de formação de instrutores em Administração Rural/ CATI, mimeog., 1976.

PEIXOTO, Sérgio E*.* A pequena produção agrícola: algumas questões atuais. *Revista Bahia Agrícola*. v.2, n.3, novembro de 1998.

Programa Nacional da Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em:<www.pronaf.gov.br>. Acesso em: 27 de agosto de 2005.

RATTNER, H. *Tecnologia e Sociedade: uma proposta para os países subdesenvolvidos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ROCHA, Ana Georgina P.; CERQUEIRA, Patrícia da S. *Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Caso do Pronaf.* In: Enanpad, Atibaia, 2003. CD ROM.

SANTOS, J. V. Tavares dos. A sociologia dos processos sociais agrários na perspectiva do século XXI: realiidade e utopia. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar*: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, p.7-11, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Pauto: Record, 2000.

SILVA, J. Graziano da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUZA FILHO, Hildo M.; BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; BATALHA, M. O. *Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos*. *In:* XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

SOUZA, P. M. de; LIMA, J. E. de. Intensidade e Dinâmica da Modernização Agrícola no Brasil e nas Unidades da Federação. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 57, no. 4, 2003.

TEDESCO, J. C. Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, E.C. e VALENTE, M.L.C. *A Concentração do PRONAF crédito e infra-estrutura por Estado e por Grupo de Produtores Beneficiados*. Relatório de Iniciação científica, Universidade Federal de Viçosa. 2004.

TORAINE, Alain. O que é a democracia? Rio de Janeiro: Vozes,1996.

VEIGA, Jose Eli; *Delimitando a agricultura familiar* . Sao Paulo: USP/FEA, 1995.

WESZ Jr., Valdemar J.; TRENTIN, Iran C. L. *Desenvolvimento e agroindústria familiar*. In: XLIII SOBER, Cuiabá, 2004. CD ROM.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos.* 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.